JOÃO MARCOS NETO DE CARVALHO

Pluralidade de legitimados à impugnação de um único ato

Dissertação de Mestrado

Orientador: Professor Titular Dr. José Rogério Cruz e Tucci

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

FACULDADE DE DIREITO

São Paulo – SP

2020

JOÃO MARCOS NETO DE CARVALHO

Pluralidade de legitimados à impugnação de um único ato

Dissertação apresentada à Banca Examinadora do Programa de Pós-Graduação em Direito da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, como exigência parcial para a obtenção do Título de Mestre em Direito, na área de concentração Direito Processual, sob a orientação do Professor Titular Dr. José Rogério Cruz e Tucci.

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

FACULDADE DE DIREITO

São Paulo – SP

2020

Catálogo da Publicação
Serviço de Biblioteca e Documentação
Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo

Carvalho, João Marcos Neto de

Pluralidade de legitimados à impugnação de um único ato / João Marcos Neto de Carvalho; orientador José Rogério Cruz e Tucci -- São Paulo, 2020.

152 f.

Monografia (Mestrado - Programa de Pós-Graduação em Direito Processual) - Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo, 2020.

1. Coisa julgada civil. 2. Limites subjetivos. 3. Situação de direito material incindível. 4. Litisconsórcio unitário facultativo. I. Cruz e Tucci, José Rogério, orient. II. Título.

Nome: CARVALHO, João Marcos Neto de.

Título: Pluralidade de legitimados à impugnação de um único ato

Dissertação apresentada à Banca Examinadora do Programa de Pós-Graduação em Direito da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, como exigência parcial para obtenção do título de Mestre em Direito Processual, sob a orientação do Prof. Titular Dr. José Rogério Cruz e Tucci.

Aprovada em:

Banca Examinadora

Prof. Dr.: _____

Instituição: _____

Julgamento _____

Prof. Dr.: _____

Instituição: _____

Julgamento _____

Prof. Dr.: _____

Instituição: _____

Julgamento: _____

Para Nidia, Bernardo e Clarice, que suportaram o mau humor e a irritação nos momentos de dúvida, e tiveram paciência e carinho, especialmente nesse período em que estive mais ausente.

AGRADECIMENTOS

Agradeço, primeiramente, ao meu orientador, Prof. José Rogério Cruz e Tucci, pela oportunidade, pela forma com que me acolheu e pela estimada orientação.

Ao Prof. Heitor Vitor Mendonça Sica, pelas inestimáveis sugestões e contribuições quando da minha qualificação, bem como ao Prof. Ricardo de Barros Leonel.

Aos professores que aceitaram o convite para compor a banca de defesa da monografia, pela disposição em ler e debater o presente trabalho.

Aos demais professores com os quais tive a oportunidade de ter contato nas disciplinas de que participei ao longo do curso, com os quais tanto pude aprender: Cândido Rangel Dinamarco, José Roberto dos Santos Bedaque, Flávio Luiz Yarshell, Paulo Henrique dos Santos Lucon, José Carlos Baptista Puoli, , Fabio Guidi Tabosa Pessoa, Orestes Nestor de Souza Laspro, Antônio Carlos Marcato e, novamente, Heitor Vitor Mendonça Sica, Ricardo de Barros Leonel.

Aos professores Eduardo Arruda Alvim e Angélica Arruda Alvim, pela disponibilidade e auxílio desde meu ingresso no curso de mestrado.

A todos os amigos que, das mais diversas formas, ajudaram na elaboração deste trabalho, seja pelo auxílio no acesso à bibliografia, na discussão das ideias expostas, ou na leitura de trechos do trabalho, em especial: Gabriel, Gabriela, Graziela, Leonard, Nathália e Thiago.

Aos amigos que ajudaram a tornar muito mais leve toda essa trajetória, em especial: Cássio, Andréa, Fábio, Renata, Felipe, Camila, Franklin, Jimmy, Guga, Giovanna, Gustavo, Lina, Karla, Ricardo, Rafael, Natália, Said, Lucas, Bruno, Cláudio, Gabriel, Gabriela, Graziela, Leandro, Leonard, Nathália, Rafael, Renan e Thiago.

Aos meus pais, Laura e Rogério, minha irmã Marina e meu cunhado Daniel, pelo apoio, imprescindível para que eu pudesse chegar até este momento, também à Carolina, minha sobrinha.

Aos meus sogros, Nidia e Paulo, e meus cunhados, Matheus, Jamile, Paulinho e Carol, além da Eleonora e da Liz, que está chegando.

Finalmente, a Nidia (que nunca deixou de dizer “vai dar certo, você vai terminar”), Bernardo e Clarice, por toda compreensão, apoio, incentivo, paciência e amor em todos os momentos.

RESUMO

CARVALHO, João Marcos Neto de. *Pluralidade de legitimados à impugnação de um único ato*. 2020, 152 páginas, Mestrado - Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2020.

O trabalho desenvolvido busca analisar a possibilidade de extensão da coisa julgada a terceiros em situação de pluralidade de legitimados à impugnação de um único ato em que apenas um ou alguns dos legitimados estejam presentes no processo. Apresenta premissas processuais, com considerações gerais sobre partes e terceiros, legitimidade ordinária e extraordinária, intervenção de terceiros e litisconsórcio. Ato contínuo, trata de conceitos gerais da coisa julgada e de seus limites objetivos, com algumas previsões novas do CPC/2015. Apresenta a regra geral dos limites subjetivos da coisa julgada, a diferenciação entre efeitos da sentença e coisa julgada. Disserta sobre a relação entre coisa julgada e o princípio do contraditório, tratando da regra geral da coisa julgada *inter partes*. Trata ainda da relação de terceiros com a demanda pendente e da aplicação prática da limitação subjetiva da coisa julgada, com comentários a respeito de obrigações solidárias, substituição processual e suas relações com a coisa julgada. Em seguida, é tratado o tema específico da pluralidade de legitimados à impugnação de um mesmo ato, dissertando primeiramente sobre a influência do direito material na relação processual, mais especificamente as relações jurídicas plurilaterais incindíveis. Posteriormente, analisa criticamente o litisconsórcio facultativo unitário do ponto de vista do alcance da coisa julgada aos potenciais litisconsortes ausentes. Parte então para possíveis soluções do problema envolvendo a coisa julgada em situações de direito material incindível em que não há a figura do litisconsórcio necessário. Analisa a coisa julgada nas ações coletivas, sob o viés da coletivização dos processos individuais e também das chamadas ações “pseudoindividuais”. Trata também da intervenção de terceiros por ordem do juiz (*iussu iudicis*), instituto não previsto na legislação processual brasileira. Disserta, por fim, sobre as diversas posições doutrinárias que tentam resolver o problema enfrentado. Assim, analisa criticamente cada posicionamento doutrinário sob o enfoque das garantias constitucionais, com destaque para a posição da doutrina que entende pela extensão da coisa julgada a terceiros, inclusive com possibilidade de instituição da figura da substituição processual, e aqueles que entendem pela

impossibilidade de extensão dos efeitos da coisa julgada àqueles que não participaram do processo, concluindo pela impossibilidade de uma única solução possível para todos os casos estudados, cabendo analisar as diversas hipóteses individualmente.

Palavras-chave: coisa julgada civil; limites subjetivos; situação incindível; pluralidade de partes; litisconsórcio unitário facultativo.

ABSTRACT

CARVALHO, João Marcos Neto de. *Plurality of legitimated parties to challenge a single act*. 2020, 152 pages, Master's Degree - Faculty of Law, University of São Paulo, São Paulo, 2020.

This paper seeks to analyze the possibility of extension of the res judicata to third parties in a situation of plurality of legitimated parties to challenge a single act. It presents procedural premises, with general considerations on parties and third parties, ordinary and extraordinary legitimacy, intervention of third parties and joined parties. It deals with general concepts of the judged thing and its objective limits, with some new predictions of 2015 Brazilian Civil Procedural Code. It presents the general rule of personal limitations of the res judicata, the differences between effects of the decision and res judicata. Dissertation on the relationship between res judicata and the adversary system. It also deals with the relationship of third parties with the pending demand and the practical application of the personal limitation of the res judicata, with comments regarding joint obligations and procedural representatives. Next, the specific theme of the plurality of legitimated parties to challenge the same act is treated, primarily on the influence of substantial relationship on the lawsuit. Subsequently, it critically analyzes the permissive unitary joinder. It then leaves for possible solutions to the problem involving the res judicata in situations of indivisible situation without figure of the compulsory joinder. It analyzes the res judicata in class actions and “mid-term” actions. It also deals with the intervention of third parties by order of the judge, an institute not provided by Brazilian procedural legislation. Finally, it analyzes doctrinal positions that try to solve the problem. Thus, it critically analyzes each doctrinal position under the focus of constitutional guarantees, with emphasis on those who understand that there should be extent of the res judicata to third parties, including the possibility of establishing procedural representation, and those who don't think it is possible to extend the effects of the res judicata to those who did not participate in the process, concluding that it is impossible to have a single solution for every case studied, being necessary to consider several hypotheses individually.

Keywords: res judicata; personal limitations; indivisible situation; plurality of parties; permissive unitary joinder.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	15
1. PREMISSAS.....	21
1.1. Partes e terceiros no Processo Civil	21
1.1.1. Legitimidade ordinária e extraordinária: breves conceituações	26
1.1.2. Intervenção de terceiros – linhas gerais.....	30
1.2. Litisconsórcio: breves conceituações.....	37
1.3. Coisa julgada.....	45
1.3.1. Conceito, natureza jurídica e função da coisa julgada.....	45
1.3.2. Limites objetivos da coisa julgada – linhas gerais.....	48
2. LIMITES SUBJETIVOS DA COISA JULGADA NO PROCESSO CIVIL BRASILEIRO	55
2.1. Diferenciação de coisa julgada e efeitos da sentença – a importância da teoria de Liebman	55
2.1.1. Críticas à teoria de Liebman	58
2.2. Limites subjetivos da coisa julgada e o direito ao contraditório – a coisa julgada <i>inter partes</i>	61
2.3. Terceiro e interesse na demanda: terceiro prejudicado e terceiro beneficiado	64
2.4. Apontamentos sobre credores e devedores solidários.....	66
2.5. Substituição processual e coisa julgada	74
3. PLURALIDADE DE LEGITIMADOS À IMPUGNAÇÃO DE ATO ÚNICO⁸¹	
3.1. Influência do direito material sobre o processo: relações jurídicas plurilaterais e incindíveis	81
3.2. Litisconsórcio facultativo unitário	89
3.3. Coletivização do processo e as demandas “pseudoindividuais”	93
3.4. Intervenção de terceiro <i>iussu iudicis</i>	103
3.5. Coisa julgada e a situação de plurilegitimados à impugnação de um mesmo ato	
112	
3.5.1. Extensão da coisa julgada aos colegitimados ausentes do processo.....	117
3.5.2. Situação de substituição processual.....	123
3.5.3. Limitação da coisa julgada às partes.....	124

3.5.4. Propostas de solução *de lege ferenda* e perspectivas sob a ótica do CPC/2015

127

CONCLUSÃO 137

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....141

INTRODUÇÃO

“(...) tenho um aviso para todos os futuros guerreiros. Quando vocês se apresentam ao meu comando, vocês assumem uma dívida. Uma dívida pessoal comigo. Cada homem sob o meu comando me deve cem escalpos nazistas. E eu quero meus escalpos”.¹

Quem diz isso é o tenente Aldo Raine, logo na segunda cena do clássico filme *Bastardos Inglórios*, de Quentin Tarantino. O tenente e seus soldados estavam prestes a atravessar o Canal da Mancha rumo à França ocupada pelos nazistas. E o resto é história (ou ficção).

O que nos interessa nessa frase, mais do que a saga dos temidos bastardos ou a batalha contra os nazistas, é que o tenente, ao convocar seus soldados a agir em terreno inimigo, criou obrigações a cada um deles. Cada soldado deve ao seu comandante cem escalpos nazistas.

Não há dúvida de que, de acordo com as palavras do tenente, cada soldado tem a obrigação de entregar uma quantidade exata (cem) de um produto específico (escalpos nazistas). Como são oito soldados naquele batalhão, a relação jurídica ali estabelecida envolve um total de oitocentos escalpos nazistas.

E se, ao invés de se pronunciar dessa forma, o tenente tivesse dito “vocês todos me devem oitocentos escalpos”? O objeto do contrato seria o mesmo (oitocentos escalpos nazistas) e os sujeitos da relação jurídica seriam os mesmos (um tenente e oito soldados). Mas a relação entre eles mudou.

Ainda, e se a obrigação imposta aos devedores (soldados) fosse, ao invés de cem escalpos cada, ou oitocentos escalpos conjuntamente, apenas um escalpo, o escalpo de Adolf Hitler? Os sujeitos da relação jurídica continuariam a ser os mesmos, mas o objeto seria diferente.

Nesses três exemplos, baseados na mesma cena, temos: uma obrigação divisível (cena original), uma obrigação solidária (todos devem em conjunto oitocentos escalpos ao comandante) e uma obrigação indivisível (escalpo de Hitler). Com base nisso, é possível verificar algumas diferenças existentes entre cada uma dessas relações obrigacionais.

---

¹ TARANTINO, Quentin. *Bastardos inglórios*. Barueri: Manole, 2009, p. 19.

Na obrigação divisível, a relação de cada devedor com o credor é independente, autônoma. Na prática, o tenente firmou oito contratos, cada um desses contratos com cada um dos soldados. No segundo exemplo, a obrigação divisível foi transformada em solidária, por conveniência do credor, fazendo com que ele possa cobrar de todos, de alguns ou de apenas um dos devedores a dívida completa. Por fim, no último exemplo existe uma obrigação indivisível, que também pode ser cobrada de qualquer devedor.

Avançando, se a obrigação não for cumprida e o tenente tiver de ir a juízo cobrar seus soldados devedores, as diferenças entre cada uma das modalidades das obrigações apresentadas tornam-se ainda mais claras. No exemplo original, o tenente teria de demandar cada um dos soldados para cobrar suas respectivas partes da dívida (ou suas respectivas dívidas). Na obrigação solidária, o tenente poderia escolher entre demandar apenas um, alguns, ou todos os devedores, podendo cobrar de qualquer um deles o adimplemento da obrigação. Na obrigação indivisível, do mesmo modo, qualquer um dos devedores poderá ser demandado pela dívida completa (até mesmo porque ela, por sua própria natureza, não pode ser fracionada).

Avançando um pouco mais, no processo referente ao primeiro exemplo, cada devedor será responsável por sua parte na dívida, então aquele devedor que não foi demandado pelo credor não terá sua esfera jurídica afetada por aquele julgamento, independentemente do resultado, dada a divisibilidade da obrigação. Se a ação for julgada procedente, reconhecendo a validade da dívida e determinando que os soldados a quitem, o tenente terá de cobrar a parte que cabe a cada um deles, não havendo comunhão entre as obrigações. E mais, a coisa julgada relacionada a cada um dos devedores refere-se apenas a ele, e não influencia a situação dos demais devedores.

A situação se complica um pouco mais no segundo exemplo. Julgado procedente o pedido do tenente, com a determinação de pagamento da dívida solidária pelos soldados demandados, em processo em que esteve ausente um dos soldados, a coisa julgada o atingirá? E em caso de improcedência do pedido, a coisa julgada beneficiará o devedor solidário ausente? Poderá ele opor exceção de coisa julgada ao credor?

Na obrigação indivisível, em que um devedor ou todos os devedores deverão cumprir a obrigação inteira, ausente um dos devedores, como se dará a coisa julgada? O soldado ausente estará sujeito à imutabilidade do julgado? Invertendo-se a situação, se alguns soldados ingressarem em juízo contra o tenente para obter declaração de que a dívida indivisível não pode ser exigida, e o pedido for julgado improcedente, a coisa julgada

formada nesse processo afetará o devedor que se manteve como terceiro na relação processual?

Esses breves exemplos figurativos demonstram alguns aspectos interessantes dessas relações. O primeiro deles diz respeito à natureza de cada uma das obrigações. Como demonstraremos ao longo do texto, o aspecto de (in)divisibilidade da obrigação decorre do próprio objeto em discussão (divisibilidade dos oitocentos escalpos e indivisibilidade do escalpo de Hitler). Por seu turno, a solidariedade decorre dos sujeitos da relação jurídica: a solidariedade existiu em decorrência do desejo do credor, e não da própria natureza do objeto, que, como visto, era divisível.

Além disso, ainda com base nos exemplos, é possível verificar que a relação processual posteriormente existente entre os sujeitos foi amplamente influenciada pela relação de direito material existente entre eles. A depender da relação substancial (divisível, indivisível, solidária), a relação processual será formada de maneiras totalmente diferentes, com consequências ao longo de todo o processo, desde sua formação, com possível litisconsórcio, até seu final, com diferentes regimes da coisa julgada para cada tipo de situação material.

Ou seja, em todas as situações os sujeitos são os mesmos: um credor e múltiplos devedores. Ainda assim, com base nas diferentes relações substanciais existentes em cada exemplo, a relação processual é moldada, seja em função da própria natureza do objeto da relação (divisível ou indivisível), seja em função da vontade das partes (solidariedade).

Avançando um pouco mais no exemplo, pensemos em uma situação material com os mesmos sujeito envolvidos, mas sem as figuras de credor e devedor. Não haveria uma relação obrigacional, o que também ensejaria grandes mudanças no campo processual, já que eventual processo não envolveria uma cobrança ou uma declaração de inexigibilidade.

Pensemos, então, que eles poderiam estar reunidos em pé de igualdade e poderiam elaborar deliberações conjuntas, constituídas em atos. Se algum dos envolvidos desejar anular a deliberação tomada naquela cena, terá ele um direito potestativo relacionado a uma tutela constitutiva, consubstanciada na anulação (ou modificação) daquele ato. Verifica-se nova mudança no plano processual em decorrência da situação de direito material.

Devido à característica da relação de direito material, aquele ato é uno e não pode existir para um soldado e não existir para outro. Assim, se um deles ingressar em juízo pleiteando a anulação daquele ato, ele deverá ser anulado (ou mantido) para todos os

envolvidos, sejam eles partes do processo ou não. O ato não pode existir e não existir ao mesmo.

Mas, nesse caso, iniciado o processo por um dos soldados (colegitimado) e estando ausente do processo algum dos demais soldados, esse legitimado ausente poderia, posteriormente, ingressar em juízo com seu próprio processo, formulando exatamente o mesmo pedido sobre o qual já houve decisão anterior transitada em julgado? Em outras palavras, a coisa julgada formada em processo alheio, mas que envolve um direito concorrente (como é o caso do exemplo dado), referente à impugnação de um mesmo ato, afetará o sujeito ausente do processo, que, por isso mesmo, foi terceiro em relação à primeira demanda?

É esse o problema a que nos propusemos estudar nesse trabalho: a situação em que há uma multiplicidade de sujeitos legitimados à impugnação de um mesmo ato. Não é um problema novo dentro da doutrina processual. Ao contrário, trata-se de um tema clássico, do qual já se ocuparam diversos processualistas consagrados, como se verá ao longo do texto.

É um tema extremamente complexo, que envolve aspectos materiais – como as relações plurissubjetivas e incindíveis, por exemplo – e processuais – sobretudo a relação dos terceiros com o processo e o litisconsórcio (mais especificamente o litisconsórcio facultativo unitário), além dos limites subjetivos da coisa julgada.

Embora tenha sido profundamente debatido, o problema ainda se encontra sem uma solução dentro da doutrina. O que procuraremos fazer ao longo do texto e ao final é uma conjugação entre os aspectos clássicos das questões envolvidas com o tema, com análise dos pensamentos consagrados, e a doutrina mais recente, pontuando com os aspectos na nova legislação processual em vigência.

Para isso, o presente estudo foi sistematizado de forma simples e direta, com a abordagem dos principais aspectos relacionados ao tema.

A primeira parte do trabalho apresenta as premissas processuais que serão retomadas nas etapas posteriores, partindo da intrincada conceituação de partes e terceiros no processo civil, com suas implicações dentro e fora do processo, como por exemplo as intervenções de terceiros, sobre as quais apresentaremos, em um primeiro momento, conceito e classificações básicas. Ainda na etapa das premissas, conceituaremos brevemente o litisconsórcio, com apresentação de algumas de suas classificações. Na sequência, abordaremos aspectos gerais da coisa julgada e alguns comentários a respeito de seus limites objetivos, dada sua influência no alcance subjetivo da *res judicata*.

Na segunda etapa, serão tratados mais especificamente os limites subjetivos da coisa julgada, com destaque para a teoria de Liebman a respeito da diferença entre eficácia da sentença e coisa julgada (teoria essa que não está imune a críticas, como será abordado). Também trataremos da relação dos limites subjetivos da coisa julgada com o direito ao contraditório (o embate entre os aspectos constitucionais atinentes aos temas), além de algumas aplicações práticas dos limites subjetivos da coisa julgada, mais precisamente as obrigações solidárias e a substituição processual.

Na parte final do trabalho, trataremos especificamente do tema em questão, trazendo, primeiramente, uma abordagem dos aspectos materiais que influenciam o problema (relações jurídicas plurilaterais e incindíveis), para depois tratar do litisconsórcio facultativo unitário, que tem fortes ligações com o tema proposto. A seguir adentraremos em algumas possibilidades de solução propostas pelos doutrinadores ao longo do tempo, como a coletivização do processo e a intervenção de terceiro por ordem do juiz (intervenção *iussu iudicis*), para, finalmente, observar as diversas posições doutrinárias sobre o alcance subjetivo da coisa julgada nas relações em que haja pluralidade de legitimados à impugnação de um único ato, com as perspectivas de possíveis soluções à luz do CPC/2015.

A situação utilizada como exemplo nessa introdução, apesar de singela e sem relação direta com o trabalho, será vista ao longo do texto como um liame, funcionando como um exemplo prático das situações estudadas, já que ilustra bem alguns dos aspectos encontrados no tema abordado, como os conceitos de partes e terceiros, legitimidade, litisconsórcio e solidariedade.

CONCLUSÃO

Como registrado de início, o objeto do presente trabalho é um tema clássico dentro do direito processual civil: os limites subjetivos da coisa julgada em situações de pluralidade de legitimados à impugnação de um único ato.

Para chegar ao tema específico de nosso estudo, passamos por algumas etapas necessárias à compreensão completa do problema enfrentado, estabelecendo bases processuais e materiais, que merecem ser retomadas à guisa de conclusão.

Nossa preocupação ao tratar das premissas processuais foi assentar alguns conceitos necessários. Como o tema abordado trata dos sujeitos do processo, verificamos que o conceito de parte mais aceito hoje pela doutrina (e que aplicamos ao longo do trabalho) é o conceito processual, segundo o qual parte é aquele sujeito que efetivamente consta na relação processual, independentemente da situação de direito material. Ou seja, a chamada parte em sentido substancial, se não estiver presente no *processo*, é considerada um terceiro, ainda que detenha algum interesse material naquela relação processual. Sendo esse sujeito um terceiro, o juiz não poderá tomar decisões a respeito de sua esfera jurídica.

Por se tratar de um problema envolvendo pluralidade de legitimados (virtualmente pluralidade de partes), estudamos, a partir do conceito processual de parte estabelecido anteriormente, aspectos gerais da intervenção de terceiros, também como premissas basilares para o que viria a ser estudado posteriormente. Assim, verificamos os diversos aspectos do instituto, concluindo que os critérios de classificação extraídos de nosso ordenamento, bem como as hipóteses de cabimento de intervenção e as próprias modalidades de intervenção não são suficientes para abarcar todas as situações possíveis e não resolvem todos os problemas relacionados a interesses jurídicos de terceiros no processo alheio.

Ainda no tocante à pluralidade de sujeitos da relação substancial (possíveis litisconsortes), estudamos as diferenças existentes entre os critérios de classificação de litisconsórcio, concluindo que a situação em estudo se classifica como litisconsórcio facultativo unitário, uma vez que, apesar de não ser obrigatória a presença no processo de todos os sujeitos da relação substancial, a decisão de mérito tomada pelo juiz deverá ser igual a todos os legitimados. Foi possível chegar a essa conclusão devido à situação jurídica de direito material, que, como visto, além de ser plurilateral é incindível, ante a própria natureza do ato impugnável. Ou seja, o ato, por ser uno, deve existir ou deixar de existir para

todos os envolvidos na relação de direito material, o que leva à dificuldade no tocante ao tratamento dos sujeitos (partes e terceiros) perante o processo.

Além disso, estabelecemos algumas premissas importantes a respeito da coisa julgada e sua extensão subjetiva. Partindo da teoria de Liebman, podemos verificar as diferenças entre eficácia da sentença e imutabilidade da coisa julgada, concluindo que a regra geral é de que os efeitos naturais da sentença podem ser sentidos por todos (partes e terceiros, mesmo os terceiros indiferentes à discussão do processo), mas somente as partes ficam acobertadas pela coisa julgada e, por isso, impossibilitadas de rediscutir o que foi decidido no processo. A essa conclusão se chega também sob o fundamento das garantias constitucionais, uma vez que, devido aos princípios do devido processo legal, contraditório, ampla defesa e inafastabilidade da jurisdição, aqueles que não puderam influenciar a tomada de decisão do juiz não poderiam estar sujeitos à imutabilidade de sua decisão.

A partir das balizas dos limites subjetivos da coisa julgada, estudamos alguns casos de aplicação dessas regras, como as situações de obrigações solidárias (que nos proporcionaram observar como se dá na prática a aplicação das ideias de Liebman a respeito da eficácia da sentença e da coisa julgada) e a substituição processual. A respeito desse último ponto, concluímos que, ao contrário do que a parte majoritária da doutrina entende, não é possível que a coisa julgada atinja, necessariamente e em todos os casos, o substituído que não teve a chance de ingressar na relação processual.

Com essas bases, pudemos tratar com mais vagar do problema da coisa julgada no litisconsórcio facultativo unitário, que tem sido debatido há décadas pela doutrina. A questão central do problema é justamente conjugar a impossibilidade de extensão da coisa julgada aos terceiros, a desobrigação da presença de todos os legitimados no processo (que podem ser cointeressados ou contrainteressados em relação ao pedido formulado no processo) e ainda a necessidade de decisão única para todos os envolvidos na relação material incindível.

Chegamos à conclusão de que nosso sistema processual, regido pelas garantias constitucionais, não apresenta uma solução única para os casos que contenham as características estudadas.

Ainda assim, há diversas posições doutrinárias que procuram estender a imutabilidade da coisa julgada aos colegitimados ausentes do processo, algumas delas fazendo uso da figura do substituto processual, que, a nosso ver, não se coadunam com a lógica constitucional característica do nosso sistema. No caso da substituição processual, seria possível sua aplicação apenas em caso de negócio jurídico processual (art. 190 do CPC/2015) anterior em que os sujeitos concordem com a substituição e se mostrem cientes

de que fornecem a legitimidade extraordinária a outra pessoa, ficando abarcados pela imutabilidade da coisa julgada.

Dentro dos limites constitucionais, entendemos que os demais sujeitos legitimados devam ser cientificados da existência do processo que envolve interesses e direitos seus, podendo, a partir daí, com base na disposição contida no art. 238 do CPC/2015, escolher em qual polo da demanda será inserido (ou nenhum dos polos, mas ficando sujeito à coisa julgada). Sem estarem cientes da existência do processo, a nosso ver, é impossível que se oponha a coisa julgada a esses legitimados.

Essa citação dos legitimados ausentes pode ser feita via edital (art. 256 do CPC/2015) e poderia também (*de lege ferenda*) ser ordenada pelo próprio juiz, a chamada intervenção de terceiros *iussu iudicis*, que merece mais atenção da doutrina e do legislador.

É bem verdade, no entanto, que nem mesmo todas essas medidas, utilizadas de forma conjugada, são suficientes para solução de todos os casos envolvendo a pluralidade de legitimados à impugnação de um único ato. Por isso, para determinados casos se mostra bastante plausível a coletivização dos processos individuais, nos termos mencionados ao longo do texto.

Assim, à guisa de conclusão, sempre com foco no aspecto constitucional da questão, e diante da impossibilidade de se estender a coisa julgada para prejudicar aquele que não teve oportunidade de convencimento do juiz, entendemos, conforme já exposto, que as seguintes sugestões da doutrina são possíveis de serem praticadas e certamente trarão mais segurança a todo o sistema, tanto no tocante às garantias constitucionais dos sujeitos envolvidos quanto na busca de eliminar (ou ao menos mitigar) o problema da eternização dos conflitos:

- (a) em situações com pluralidade indeterminável de sujeitos poderá ocorrer a citação por edital de todos os colegitimados impossíveis de serem identificados, por força do art. 256, I, do CPC/2015, que poderão escolher em qual dos polos ingressarão (art. 238 do CPC/2015), ou se se manterão ausentes mas sujeitos à coisa julgada;
- (b) *de lege ferenda*, quando o demandante não tomar as providências para inserir os demais colegitimados, uma solução adequada seria permitir que o juiz a determine, conforme a necessidade de cada caso (intervenção *iussu iudicis*);

- (c) *de lege ferenda*, poderia ser utilizada também a citação editalícia nas situações em que os atos de comunicação realizados no âmbito do direito material seguem essa forma (como em grande parte das sociedades por ações ou dos concursos e licitações públicas, o que já poderia constar expressamente no estatuto social e no edital de convocação do concurso público e da licitação, ou em outros atos que possam vincular todos os sujeitos);
- (d) há ainda o instituto dos negócios jurídicos processuais (art. 190 do CPC/2015), que pode trazer grande avanço na solução do problema proposto, com previsão em contratos sociais ou estatutos sociais acerca da possibilidade de que haja a legitimação extraordinária, viabilizando vinculação do substituído à coisa julgada sem risco de violação do contraditório, desde que adequadamente representados;
- (e) o encurtamento dos prazos prescricionais e decadenciais também pode ajudar na busca de uma solução para o problema.

Essas medidas, que vêm sendo sugeridas pela doutrina ao longo dos anos, visam a mitigar os problemas relacionados à falta de segurança jurídica e à eternização dos litígios, conjugando-se essa necessidade com as garantias constitucionais.

Todavia, é necessário ter sempre presente que, dentro desse universo das garantias constitucionais, não é possível vincular à coisa julgada aquele sujeito que não teve oportunidade de estar presente no processo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALESSI, Renato. Osservazioni intorno ai limiti soggettivi di efficacia del giudicato amministrativo. In: *Rivista Trimestrale de Diritto Pubblico*. Milano: Giuffrè, 1954.
- ALLORIO, Enrico. *La cosa giudicata rispetto ai terzi*. Milano: Giuffrè, 1992.
- ALVIM, Thereza. *O direito processual de estar em juízo*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1996.
- ANTUNES VARELA, João de Matos. *Das obrigações em geral*. 9. ed. Coimbra: Almedina, 1996. v. 1.
- ARAGÃO, Egas Moniz de. *Sentença e Coisa Julgada*. Rio de Janeiro: Aide. 1992.
- ARAÚJO CINTRA, Antônio Carlos. *Do litisconsórcio*. Tese de doutorado apresentada à FADUSP. São Paulo, 1968.
- ARMELIN, Donaldo. *Legitimidade para agir no direito processual civil brasileiro*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1979.
- ARENHART, Sérgio Cruz; OSNA, Gustavo. Os “acordos processuais” no Novo CPC – aproximações preliminares. *Revista Eletrônica do Tribunal Regional do Trabalho da 9ª Região*, n. 39, abril de 2015.
- ARENHART, Sérgio Cruz. *A tutela coletiva de interesses individuais: para além da proteção dos interesses individuais homogêneos*. 2. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2014.
- ARRUDA ALVIM, José Manoel. *Manual de direito processual civil*. 18. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2019.
- ARRUDA ALVIM, José Manoel. *Novo Contencioso no CPC/2015*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2016.
- ARRUDA ALVIM, José Manoel. A posição dos sócios e associados em relação a ações movidas contra as sociedades e associações de que fazem parte. In: In: YARSHELL, Flávio Luiz; PEREIRA, Guilherme Setoguti (coord.). *Processo societário*. São Paulo: Quartier Latin, 2012.
- ASCARELLI, Tullio. O contrato plurilateral. In: *Problemas das sociedades anônimas e direito comparado*. São Paulo: Saraiva, 1969.
- ASSIS, Araken de. *Processo civil brasileiro*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2015. v. 2: parte geral: institutos fundamentais: Tomo 1.

ASSIS, Araken de. Substituição processual. *Revista Síntese de Direito Civil e Processual Civil*, v. 26, ano V, nov-dez/2003.

BARBI, Celso Agrícola. *Comentários ao Código de Processo Civil*. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense, 1981. v. 1.

BARBOSA MOREIRA, José Carlos. Coisa julgada: extensão subjetiva. Litispendência. Ação de nulidade de patente. In: *Direito processual civil*. Rio de Janeiro: Borsoi, 1971.

BARBOSA MOREIRA, José Carlos. Eficácia da sentença e autoridade da coisa julgada. In *Temas de direito processual: terceira série*. São Paulo: Saraiva, 1984.

BARBOSA MOREIRA, José Carlos. El neoprivatismo en el proceso civil. In MONTERO AROCA, Juan (coord.), *Proceso civil e ideología – un prefacio, una sentencia, das cartas e quince ensayos*. Valencia: Tirant to Blanch, 2006.

BARBOSA MOREIRA, José Carlos. *Litisconsórcio unitário*. Rio de Janeiro: Forense, 1972.

BARBOSA MOREIRA, José Carlos. Substituição de partes, litisconsórcio, assistência e intervenção de terceiros. *Estudos sobre o novo Código de Processo Civil*. Rio de Janeiro: Liber Juris, 1974.

BEDAQUE, José Roberto dos Santos. *Direito e processo – influência do direito material sobre o processo*. 2 ed. São Paulo: Malheiros, 1995.

BONICIO, Marcelo José Magalhães; SICA, Heitor Vitor Mendonça. Ensaio sobre os aspectos materiais e processuais do litisconsórcio unitário. In: MENDES, Aluisio Gonçalves de Castro; WAMBIER, Teresa Arruda Alvim (coord.). *O processo em perspectiva: jornadas brasileiras de direito processual: homenagem a José Carlos Barbosa Moreira*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2013.

BUENO, Cassio Scarpinella. *Amicus curiae no processo civil brasileiro: um terceiro enigmático*. 3 ed. São Paulo: Saraiva, 2012.

BUENO, Cassio Scarpinella. As *class actions* norte-americanas e as ações coletivas brasileiras: pontos para uma reflexão conjunta. In: *Revista de Processo*, vol. 82. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1996.

BUENO, Cassio Scarpinella. *Curso sistematizado de direito processual civil*. São Paulo: Saraiva, 2011. v. 2.

BUENO, Cassio Scarpinella. *Manual de direito processual civil*. 4ª ed. São Paulo: Saraiva, 2018.

BUENO, Cassio Scarpinella. *Partes e terceiros no processo civil brasileiro*. 2. ed. rev., atual. e ampl. São Paulo: Saraiva, 2006.

CABRAL, Antonio do Passo. Alguns mitos do processo (II): Liebman e a coisa julgada. In *Coisa julgada e outras estabilidades processuais*. Coord. Fredie Didier Jr. E Antonio do Passo Cabral. Salvador: JusPodivm, 2018.

CABRAL, Antonio do Passo. *Breves comentários ao novo código de processo civil*. 2. ed. São Paulo: RT, 2015.

CABRAL, Antonio do Passo. Despolarização do processo e zonas de interesse sobre a migração entre polos da demanda. *Revista Forense*. Rio de Janeiro: Forense, jul.-ago./2009. v. 404.

CAMPOS JR., Ephraim de. *Substituição processual*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1985.

CARPI, Federico. *L'efficacia "ultra partes" della sentenza civile*. Milano: Giuffrè, 1974.

CARNEIRO, Athos Gusmão. *Intervenção de Terceiros*. 15. ed. rev. e atual. São Paulo: Saraiva, 2003.

CARNELUTTI, Francesco. Efficacia, autorità e immutabilità della sentenza. *Rivista di Diritto Processuale Civile*, vol. XII, I, 1935.

CARNELUTTI, Francesco. *Lezioni di diritto processuale civile*. Pádua: Cedam, 1986. v. 4.

CARNELUTTI, Francesco. Profilo dei rapporti tra diritto e processo. *Rivista di Diritto Processuale*, 1960.

CHASE, Oscar. et. al. *Civil litigation in comparative context*. 2. ed. New York: West Academic Publishing, 2017.

CHIOVENDA, Giuseppe. *Instituições de direito processual civil*. São Paulo: Saraiva, 1942. v. 1.

CHIOVENDA, Giuseppe. *Instituições de direito processual civil*. São Paulo: Saraiva, 1965. v. 2.

CHIOVENDA, Giuseppe. *Principii di diritto processuale civile*. Napoles: Jovene, 1965 (Reimp. da 3ª ed. de 1923).

CHIOVENDA, Giuseppe. Sul litisconsorzio necessário. In: *Saggi di diritto processuale civile*. Milano: Giuffrè, 1993. v. 2.

CHIZZINI, Augusto. Interventio in causa. *Digesto delle discipline privatistiche, sezione civile*. Estratto. Torino: UTET, 1998. v. 10.

CINTRA, Antonio Carlos de Araújo. *Do litisconsórcio*. Tese de doutoramento apresentada à Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, São Paulo, 1968.

CINTRA, Lia Carolina Batista. *Intervenção de terceiro por ordem do juiz: a intervenção iussu iudicis no processo civil*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2017.

CONSOLO, Claudio. *Spiegazioni di diritto processuale civile*. 2. ed., Torino: Giapichelli, 2012. v. 2.

COSTA, Moacyr Lobo da. *A intervenção iussu iudicis no processo civil brasileiro*. São Paulo: Saraiva, 1961.

COUTURE, Eduardo J.. *Fundamentos del derecho procesal civil*. Buenos Aires: Depalma, 1974.

CRUZ E TUCCI, José Rogério. A denominada ‘situação substancial’ como objeto do processo na obra de Fazzalari. In: *Revista de Processo*. 1992. v. 68.

CRUZ E TUCCI, José Rogério. Contra o processo autoritário. *Revista de Processo*, n. 242, abr./2015.

CRUZ E TUCCI, José Rogério. Impugnação judicial da deliberação de assembleia societária e projeções da coisa julgada. In: YARSHELL, Flávio Luiz; PEREIRA, Guilherme Setoguti (coord.). *Processo societário*. São Paulo: Quartier Latin, 2012.

CRUZ E TUCCI, José Rogério. *Legitimação ativa no mandado de segurança – art. 3º da Lei n. 12.016/2009*. Disponível em [http://www.lexeditora.com.br/doutrina_23951979_LEGITIMACAO_ATIVA_NO_MANDADO_DE_SEGURANCA__ARTIGO_3_DA_LEI_N_12_016_2009.aspx], consultado em 20/12/2019.

CRUZ E TUCCI, José Rogério. *Limites subjetivos da eficácia da sentença e da coisa julgada civil*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2006.

DELLORE, Luiz Guilherme Pennacchi. *Teoria geral do processo: comentários ao CPC de 2015 – parte geral*. São Paulo: Forense, 2015.

DIDIER JR. Fredie. CPC-2015, coisa julgada, obrigações solidárias e a nova redação do art. 274 do Código Civil. In DIDIER JR., Fredie e CABRAL, Antonio do Passo. *Coisa julgada e outras estabilidades processuais*. Salvador: JusPodivm, 2018.

DIDIER JR., Fredie. *Curso de direito processual civil*. 14. ed. Salvador: JusPodivm, 2012, v. 1.

DIDIER JR., Fredie. *Curso de direito processual civil*, 17ª ed., Salvador: JusPodivm, 2015, v. 1.

DIDIER JR. Fredie. Extensão da coisa julgada à resolução da questão prejudicial incidental no novo Código de Processo Civil brasileiro. In *Civil Procedure Review*, v.6, n.1.

- DIDIER JR., Fredie. *Regras processuais no novo Código Civil*. 4. ed. São Paulo: Saraiva, 2010.
- DINAMARCO, Cândido Rangel. *Instituições de Direito Processual Civil*. 4. ed. São Paulo: Malheiros, 2004. v. 2.
- DINAMARCO, Cândido Rangel. *Instituições de direito processual civil*. 8ª ed., São Paulo: Malheiros, 2019, v. 2.
- DINAMARCO, Cândido Rangel. *Instituições de Direito Processual Civil*. 5. ed. São Paulo: Malheiros. 2005. v. 3.
- DINAMARCO, Cândido Rangel. *Instituições de Direito Processual Civil*. 8ª ed. São Paulo: Malheiros, 2019, v. 3.
- DINAMARCO, Cândido Rangel, *A instrumentalidade do processo*. 15. ed., São Paulo: Malheiros, 2013.
- DINAMARCO, Cândido Rangel. *Intervenção de terceiros*. 5. ed. São Paulo: Malheiros, 2009.
- DINAMARCO, Cândido Rangel. *Litisconsórcio*. 8. ed. rev. e atual. São Paulo: Malheiros, 2009.
- DO VAL, Pedro Bruning. *Extensão da coisa julgada civil a terceiros em razão de situação jurídica de direito material incindível*. Dissertação de Mestrado, programa de Pós-Graduação em Direito Processual da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, 2016.
- EID, Elie Pierre. *Litisconsórcio unitário: fundamentos, estrutura e regime*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2016.
- ESTELLITA, Guilherme. *Do litisconsórcio no direito brasileiro*. Rio de Janeiro: Universidade do Brasil, 1955.
- FONSECA, João Francisco Naves da. *Comentários ao Código de Processo Civil - volume IX (arts. 485/508)*. São Paulo: Saraiva, 2017. v. 9.
- FORNACIARI, Michele. L'intervento coatto per ordine dei giudice (art. 107 c.p.c.). *Giustizia civile*, 1985. v. 2.
- FRANÇA, Erasmo Valladão Azevedo e Novaes. *Invalidez das deliberações de assembleia das S/A*. 2. ed. São Paulo, Malheiros, 2017.
- GARBAGNATI, Edoardo. *La sostituzione processual*. Milano: Giuffrè, 1942.

GIDI, Antonio; TESHEINER, José Maria Rosa; PRATES, Marília Zanella. Limites objetivos da coisa julgada no projeto de código de processo civil. Reflexões inspiradas na experiência norte-americana. *Revista de Processo*, 2011. v. 194.

GOMES, Orlando. *Obrigações*. 17. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2009.

GRECO, Leonardo. *Instituições de processo civil*. 3a ed. Rio de Janeiro: Forense, 2015. v. 2.

GRECO FILHO, Vicente. *Direito processual civil brasileiro*, 19ª ed., São Paulo: Saraiva, 2006. v. 1.

GRINOVER, Ada Pellegrini. A coisa julgada no litisconsórcio facultativo unitário: o exemplo de ações coletivas e individuais no campo da saúde. *O direito de estar em juízo e a coisa julgada: estudos em homenagem a Thereza Alvim*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2014.

GRINOVER, Ada Pellegrini. A tutela coletiva dos investidores no mercado de valores mobiliários: questões processuais. In: YARSHELL, Flávio Luiz; PEREIRA, Guilherme Setoguti (coord.). *Processo societário*. São Paulo: Quartier Latin, 2012.

GRINOVER, Ada Pellegrini. *Código brasileiro de defesa do consumidor comentado pelos autores do anteprojeto*. 10. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2011.

GRINOVER, Ada Pellegrini. Coisa julgada *erga omnes*, *secundum eventum litis* e *secundum probationem*. *RePro*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2005. v. 126.

GUEDES, Clarissa Diniz. Legitimidade e representatividade na ação civil pública: por um controle *ope iudicis* amparado em parâmetros constitucionais. *O direito de estar em juízo e a coisa julgada: estudos em homenagem a Thereza Alvim*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2014.

HATAB, Layla Gonçalves. *Limites Subjetivos da Coisa Julgada Civil: Pluralidade de Legitimados à Impugnação de um único ato*. Dissertação de Mestrado. Vitória: UFES, 2012.

LEAL, Rosemiro Pereira. et al. *Coisa Julgada: de Chiovenda a Fazzarali*, coordenação de Rosemiro Pereira Leal. Belo Horizonte: Del Rey, 2007.

LIEBMAN, Enrico Tullio. Ações concorrentes. *Eficácia e autoridade da sentença e outros escritos sobre a coisa julgada*. 4. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2006.

LIEBMAN, Enrico Tullio. Effetti della sentenza e cosa giudicata., in *Rivista di Diritto Processuale*, vol. XXXIV, II, 1979.

LIEBMAN, Enrico Tullio. *Eficácia e autoridade da sentença e outros escritos sobre a coisa julgada*. 4. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2006.

LIEBMAN, Enrico Tullio. *Manual de direito processual civil*. São Paulo: Malheiros, 1984.

LIEBMAN, Enrico Tullio. Pluralidade de partes legítimas à impugnação de um único ato. In: *Eficácia e autoridade da sentença e outros escritos sobre a coisa julgada*. 4. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2006.

LOPES, Bruno Vasconcelos Carrilho. *Limites objetivos e eficácia preclusiva da coisa julgada*. São Paulo: Saraiva, 2012.

MACÊDO, Lucas Buril de. Coisa julgada sobre fato? Análise comparativa com o collateral estoppel de sua possibilidade de lege lata ou de lege ferenda. In *Coisa julgada e outras estabilidades processuais*. Coordenadores Fredie Didier Jr. e Antonio do Passo Cabral. Salvador: JusPodivm, 2018.

MARINONI, Luiz Guilherme. Coisa julgada sobre questão, inclusive em benefício de terceiro. São Paulo: *Revista de Processo*, 2016.

MARINONI, Luiz Guilherme; ARENHART, Sérgio Luiz; MITIDIERO, Daniel. *Manual do processo civil*. 4ª ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2019, p. 647.

MARINONI, Luiz Guilherme, ARENHART, Sérgio Cruz e MITIDIERO, Daniel. *Curso de processo civil: tutela dos direitos mediante procedimento comum*. 4. ed. rev, atual. e ampl. São Paulo: RT, 2018. v. 2.

MARINONI, Luiz Guilherme; MITIDIERO, Daniel. *Código de Processo Civil comentado artigo por artigo*. 3. ed. rev., atual. e ampl. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2011.

MARINONI, Luiz Guilherme; ARENHART, Sérgio Cruz. *Processo de conhecimento*. 12. ed. São Paulo: RT, 2014. v. 2.

MEDINA, José Miguel Garcia. *Curso de direito processual civil moderno*. 4ª ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2018, p. 221.

MEDINA, José Miguel Garcia; WAMBIER, Teresa Arruda Alvim. *Processo civil moderno*. V. 1. 2ª ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2011.

MENCHINI, Sergio. Regiudicata civile. In: *Digesto dele Discipline Privatistiche: sezione civile*. Torino: Utet, 1997, n. 12.

MONIZ DE ARAGÃO, Egas. *Sentença e coisa julgada: exegese do Código de Processo Civil (arts. 444 a 475)*. Rio de Janeiro: Aide, 1992.

MONTELEONE, Girolamo A.. *I limiti soggettivi del giudicato civile*. Padova: Cedam, 1978.

MONTERO AROCA, Juan. *La intervención adhesiva simple: contribución al estudio de la pluralidade de partes en el processo civil*. Barcelona: Editorial Hispano Europea, 1972.

MOTTO, Alessandro. Note in tema di limiti oggettivi e soggettivi di efficacia della sentenza nei giudizi di impugnazione di delibere di s.p.a. In: *Il giusto processo civile*, 2012. fasc. 3.

- MUNHOZ, Eduardo Secchi. A importância do sistema de solução de conflitos para o direito societário: limites do instituto da arbitragem. In: YARSHELL, Flávio Luiz; PEREIRA, Guilherme Setoguti (coord.). *Processo societário*. São Paulo: Quartier Latin, 2012.
- NERY JUNIOR, Nelson; NERY, Rosa Maria de Andrade. *Código de Processo Civil Comentado*. 17ª ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2018.
- NERY JUNIOR, Nelson; NERY, Rosa Maria de Andrade. *Comentários ao Código de Processo Civil*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2015.
- NIEVA-FENOLL, Jordi. *Cosa julgada*. Tradução Antonio do Passo Cabral. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2016.
- NOGUEIRA, Pedro Henrique Pedrosa. Uma revisita aos conceitos de legitimidade processual. *O direito de estar em juízo e a coisa julgada: estudos em homenagem a Thereza Alvim*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2014.
- PACÍFICO, Luiz Eduardo Boaventura. *Ações concorrentes*. São Paulo: Quartier Latin, 2016.
- PEREIRA, Caio Mario da Silva. *Instituições de Direito Civil – Introdução ao Direito das Obrigações*. 20. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2009. v. 1.
- PEREIRA, Guilherme Setoguti Julio. *Impugnação de deliberações de assembleia das S/A*. São Paulo: Quartier Latin, 2013.
- PONTES DE MIRANDA, Francisco Cavalcanti. *Comentários ao Código de Processo Civil*. São Paulo: Forense, 1974.
- PONTES DE MIRANDA, Francisco Cavalcanti. *Comentários ao Código de Processo Civil*. Rio de Janeiro: Forense, 1997. v. 1.
- PONTES DE MIRANDA, Francisco Cavalcanti. *Tratado de direito privado*. 2. ed. Rio de Janeiro: Borsoi, 1958. v. 22.
- PRATES, Marília Zanella. *A coisa julgada no direito comparado: Brasil e Estados Unidos*. Salvador: Jus Podivm, 2013.
- PROTO PISANI, Andrea. Appunti sui rapporti tra i limiti soggettivi di efficacia della sentenza civile e la garanzia costituzionale del diritto di difesa. *Rivista trimestrale di diritto e procedura civile*, 1971.
- PUGLIESE, Giovanni. Giudicato civile. In: *Enciclopedia del Diritto*. Milano: Giuffrè, 1969.
- REDENTI, Enrico. *Il giudizio civile con pluralità di parti*. Milano: Giuffrè, 1911. Ristampa di 1960.
- RODRIGUES, Marcelo Abelha. *Elementos de direito processual civil*. 3. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2003. v. 1.

- ROSSONI, Igor Bimkowski. Coisa julgada e pretensões concorrentes na doutrina de Enrico Tullio Liebman: o problema da impugnação de decisão assemblear no direito brasileiro. In: YARSHELL, Flávio Luiz; PEREIRA, Guilherme Setoguti Julio (coord.). *Processo societário – Volume II*. São Paulo: Quartier Latin, 2015.
- RUGGERI RÉ, Aluísio Iunes Monti. *Processo civil coletivo e sua efetividade*. São Paulo: Malheiros, 2012.
- SANTOS, Ernane Fidélis dos. *Manual de Direito Processual Civil*. 16. ed. São Paulo: Saraiva, 2017. v. 1.
- SANTOS, Moacyr Amaral. *Primeiras linhas de direito processual civil*. São Paulo: Saraiva, 1980. v. 1.
- SERPA LOPES, Miguel Maria de. *Curso de direito civil*. 7. ed. Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 2000. v. 2.
- SICA, Heitor Vitor Mendonça. Notas críticas ao sistema de pluralidade de partes no processo civil brasileiro. *Revista de Processo*. São Paulo, 2011. v. 200.
- SICA, Heitor Vitor Mendonça. Três velhos problemas do processo litisconsorcial à luz do CPC/ 2015. São Paulo: *Revista de Processo*, 2016. v. 256.
- SILVA, Ovídio Baptista da. *Comentários ao Código de Processo Civil*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2000. v. 1.
- SILVA, Ovídio A. Baptista. *Sentença e coisa julgada (ensaios e pareceres)*. 4. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2003.
- SIQUEIRA, Thiago Ferreira. *A responsabilidade patrimonial no novo sistema processual civil*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2016.
- SIQUEIRA, Thiago Ferreira. Tese de Doutorado defendida junto à Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo. p.474.
- SZTAJN, Rachel. Associações e sociedades: à luz da noção de contrato plurilateral. In: *Revista de Direito Privado*. 2005. v. 21.
- TALAMINI, Eduardo. *Coisa julgada e sua revisão*. São Paulo: RT, 2005.
- TALAMINI, Eduardo. Direitos individuais homogêneos e seu substrato coletivo: ação coletiva e os mecanismos previstos no Código de Processo Civil de 2015. In: *Doutrinas Essenciais de Direito Constitucional*, 2015. v. 10.
- TALAMINI, Eduardo. Legitimidade, interesse, possibilidade jurídica e coisa julgada nas ações de impugnação de deliberações societárias. In: YARSHELL, Flávio Luiz; PEREIRA, Guilherme Setoguti (coord.). *Processo societário*. São Paulo: Quartier Latin, 2012.

TALAMINI, Eduardo. *Nota sobre as partes e os terceiros no mandado de segurança individual, à luz de sua nova disciplina (Lei 12.016/2009)*. Informativo Justen, Pereira, Oliveira e Talamini. Curitiba, n. 29, 2009, disponível em <http://www.justen.com.br/informativo>, acesso em 20/12/2019.

TARANTINO, Quentin. *Bastardos inglórios*. Barueri: Manole, 2009.

TESHEINER, José Maria. *Eficácia da sentença e coisa julgada no processo civil*. São Paulo: Revista dos Tribunais. 2002, p. 122.

THEODORO JÚNIOR, Humberto. *Curso de direito processual civil*. 59. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2018. v. 1.

THEODORO JÚNIOR, Humberto. Limites objetivos da coisa julgada no Novo Código de Processo Civil. In *Coisa julgada e outras estabilidades processuais*. Coordenadores Fredie Didier Jr. e Antonio do Passo Cabral. Salvador: JusPodivm, 2018.

TROCKER, Nicolò. *L'intervento per ordine del giudice*. Milano: Giuffrè, 1984.

TROCKER, Nicolò. *Processo civile e costituzione: problemi di diritto tedesco ed italiano*. Milano: Giuffrè, 1974.

VIANNA, Ataliba. *Inovações e obscuridade no Código de Processo Civil e Comercial Brasileiro: decreto-lei n. 1608, de 18 de setembro de 1939*. São Paulo: Martins, 1940.

WAMBIER, Luiz Rodrigues; TALAMINI, Eduardo. *Curso avançado de processo civil*. v. 1, 11ª ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2010.

WAMBIER, Teresa Arruda Alvim. O que é abrangido pela coisa julgada no direito processual civil brasileiro: a norma vigente e as perspectivas de mudança. In *Revista de Processo*, núm. 230, 2014.

WATANABE, Kazuo. Relação entre demanda coletiva e demandas individuais. *Revista de processo*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2006. n. 139.

YARSHELL, Flávio Luiz. *Carta de um advogado do contencioso para um colega do consultivo*. Disponível em <http://www.cartaforense.com.br/conteudo/colunas/carta-de-um-advogado-do-contencioso-para-um-colega-do-consultivo/17551>.

ZUFELATO, Camilo. *Coisa julgada coletiva*. São Paulo: Saraiva, 2011.